



**PRIMEIRO
MINISTRO**

**DISCURSO DE
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
KAY RALA XANANA GUSMÃO
POR OCASIÃO DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE LEI DE
ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2024**

Parlamento Nacional, Díli
12 de dezembro de 2023



Palácio do Governo
Avenida Marginal
Díli, Timor-Leste

Sua Excelência
Senhora Presidente do Parlamento Nacional

Suas Excelências
Vice-Presidentes do Parlamento Nacional

Suas Excelências
Senhoras e senhores Deputados

Senhoras e senhores membros do Governo

Senhoras e senhores,

É um privilégio dirigir-me a Vossas Excelências, Senhora Presidente, Senhores Vice-Presidentes e Distintos Deputados, para apresentar a Proposta de Lei de Orçamento Geral do Estado para 2024.

E é com todo o respeito que, antes de mais, agradeço a Vossas Excelências por terem apreciado esta Proposta de Lei com carácter de urgência, permitindo a conclusão do processo legislativo durante este ano. Isto vem permitir que se encerre a vigência do OGE de 2023 a 31 de dezembro e que se inicie o ano de 2024 com um novo Orçamento.

E isto não é só desejável, mas o mais benéfico para o país. Representa, contudo, um esforço substancial por parte do Parlamento Nacional e do próprio Governo que, em seis meses, trabalharam e debateram sobre um novo Programa do Governo, um Orçamento Retificativo e um Orçamento Geral do Estado.

O povo timorense merece que os seus governantes e as suas instituições públicas trabalhem com celeridade, eficiência e responsabilidade. O povo timorense merece que as prioridades definidas para o próximo ano comecem a ser implementadas no primeiro dia do ano, sem duodécimos, incertezas ou atrasos na implementação de políticas.

E isto só é possível quando as instituições democráticas do Estado cooperam para a defesa dos interesses do povo.

Fico também satisfeito por constatar que estamos a retomar o bom caminho de consolidação de exercício democrático, através do diálogo, cooperação e interação institucional, princípios fundamentais para atingir o projeto comum de promover o desenvolvimento económico e social de Timor-Leste.

A par da boa-governança, transparência, e da responsabilidade financeira e administrativa que este Governo incute no processo orçamental, também a cooperação institucional entre os Órgãos de Soberania, contribui para Reafirmar o Estado de Direito Democrático, compromisso do IX Governo Constitucional.

Senhoras e senhores Deputados, o projeto que o Governo vem hoje apresentar para o ano de 2024 intitula-se: *“Construindo uma ponte para o amanhã: Investir no Setor Produtivo e no Capital Social”*.

Sintetizámos, neste orçamento, os objetivos estratégicos do Programa do IX Governo Constitucional em dois pilares fundamentais: o setor produtivo e o capital social.

Este orçamento, o primeiro deste novo Governo, estabelece as fundações do que se pretende concretizar nos próximos cinco anos. E de que forma?

Promovendo os investimentos prioritários que contribuam para a construção de um futuro próspero e sustentável.

Investimentos em infraestruturas públicas, em capacidade de produção e criação de emprego, e em setores económicos diversificados que contribuirão para impulsionar o crescimento económico.

Do ponto de vista social, investimentos em educação, saúde, inclusão, combate à pobreza e proteção do meio ambiente terrestre e marítimo, em suma, investimentos em setores com impacto direto na melhoria da qualidade de vida dos timorenses e com resultados de longo-prazo.

Senhora Presidente
Senhores Vice-Presidentes
Distintos Deputados,

O Orçamento Geral do Estado para 2024 proposto apresenta um valor consolidado de **1,95 mil milhões de dólares americanos** para a Administração

Central, Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (RAEOA) e Segurança Social, excluindo o Fundo de Reserva da Segurança Social.

Esse montante inclui uma dotação de **1,83 mil milhões de dólares** para a Administração Central e **60 milhões de dólares** reservados à RAEOA e 347,6 milhões de dólares para a Segurança Social .

As receitas do Estado estão equilibradas com as despesas do Estado para o Setor Público Administrativo, para a Administração Central, e para os subsectores da Segurança Social e da RAEOA.

Para que seja possível implementar as medidas estratégicas de alavancagem do setor produtivo e do capital social é necessário realizar uma transferência do Fundo Petrolífero acima do Rendimento Sustentável Estimado.

Como sabem, este Fundo é totalmente transparente e gerido de forma profissional, onde cada dólar de receitas provenientes dos nossos recursos petrolíferos vai para o Fundo, o qual constitui uma garantia de sustentabilidade para as gerações futuras.

Como tal, o Rendimento Sustentável Estimado irá ser transferido para investir na diversificação económica e não para alimentar as despesas correntes do Estado.

Temos consciência de que os levantamentos do Fundo Petrolífero acima do Rendimento Sustentável Estimado são a principal fonte de financiamento do défice orçamental, como tem vindo aliás a acontecer na última década, e que é preciso contrariar fortemente esta tendência.

A única solução para o país é investir sabiamente estes recursos, para cessar esta dependência de um Fundo que, como disse, deverá ser investido como uma garantia para as futuras gerações, para o futuro sustentável do país.

Por isso, para o proteger, temos de o investir. Sem investimento não há crescimento, nem desenvolvimento económico e social. Sem investimento, não é possível dinamizar os setores produtivos que geram emprego, nem desenvolver cidadãos saudáveis, qualificados e aptos a contribuir para a diversificação da economia, tão necessária para evitar o esgotamento do Fundo Petrolífero.

Aplicamos assim o levantamento do Fundo Petrolífero com rigor e responsabilidade, para permitir uma maior estabilidade económica, a geração de rendimentos e emprego, e a transformação económica que irá promover a sustentabilidade da economia.

A Proposta de Orçamento Geral do Estado para 2024 propõe realizar uma transferência do Fundo Petrolífero no valor de **1,38 mil milhões de dólares americanos**. Esta transferência corresponde a **522,1 milhões de dólares americanos** do Rendimento Sustentável Estimado e **855,54 milhões de dólares americanos** acima do Rendimento Sustentável Estimado.

Estamos a falar de investimentos na agricultura, pescas e pecuária, no turismo, nas pequenas e médias indústrias e empresas e no apoio à iniciativa privada. Ou seja, em tudo aquilo que promove a criação de sustento e rendimentos para as famílias, enquanto se reforça a soberania e independência através da substituição de bens importados pela produção interna.

Para 2024, iremos apostar em três áreas cruciais para a realização de investimentos substanciais no domínio das infraestruturas produtivas.

Em primeiro lugar, o setor da eletricidade, com uma dotação de **165,6 milhões**, refletindo a importância estratégica de garantir um fornecimento de energia fiável e acessível às populações e às empresas. Este investimento irá beneficiar os 20% da população que ainda não têm acesso à rede elétrica nacional.

Em segundo lugar, o setor da construção de infraestruturas, com uma dotação de **153,5 milhões**, reafirmando a urgência no desenvolvimento de infraestruturas essenciais para a promoção do crescimento económico.

Iremos reabilitar e construir infraestruturas básicas e modernizar o sistema de água, saneamento básico e sistemas de drenagem, especialmente em Díli. E iremos concluir a instalação do Cabo de Fibra Ótica, para garantir o acesso à internet de qualidade a todos os cidadãos e, ao mesmo tempo, facilitar o crescimento de negócios e de empreendedorismo.

E em terceiro lugar, o setor do Petróleo e Gás Natural, com um investimento de **104,2 milhões**, enfatizando a visão do Governo em aproveitar e otimizar os recursos naturais nacionais para promover o desenvolvimento económico sustentável.

O Governo está empenhado em estabelecer uma base de abastecimento e uma refinaria na Costa Sul, para ligação ao gasoduto do Greater Sunrise, com vista a desenvolver uma indústria petrolífera nacional que, entre outras coisas, proporcione emprego aos timorenses.

Lembro que o objetivo do projeto Tasi Mane é contribuir não só para o desenvolvimento da Costa Sul, e da indústria petrolífera em particular, mas também proporcionar impactos económicos diretos e indiretos em todo o país, capitalizando os benefícios económicos derivados da exploração dos recursos naturais de Timor-Leste.

A governação anterior deixou estagnar os esforços de alcançar e elaborar um acordo sobre o desenvolvimento para o Greater Sunrise. O IX Governo retomou estes esforços para trazer o gasoduto para Timor-Leste.

Num país como o nosso, jovem e frágil, onde cerca de 60% da nossa população tem menos de 25 anos, é preciso ter a coragem de investir em projetos que transformem a economia e consolidem a estabilidade nacional.

Permitam-me que relembre um exemplo do desenvolvimento que queremos para Timor-Leste e que pode ser testemunhado em Darwin, na Austrália. Estive em Darwin em 1974 e regresssei em 1999, e anos depois, quando voltei a Darwin, fiquei impressionado com o rápido desenvolvimento do Território do Norte da Austrália à custa da exploração do campo Bayu Undan de Timor-Leste.

Queremos também ter a oportunidade de usar os nossos recursos para desenvolver a nossa Costa Sul, com a construção de novas cidades e infraestruturas de apoio. Queremos criar cerca de 50.000 postos de trabalho, diretos e indiretos, na fase de construção e operação de infraestruturas e serviços de apoio a este projeto.

Senhora Presidente
Senhores Vice-Presidentes
Distintos Deputados,

Como poderão verificar nos documentos orçamentais que apreciaram, o Orçamento para 2024 tem outras medidas estratégicas importantes para o crescimento económico e desenvolvimento do país a longo-prazo, de modo a satisfazer as necessidades atuais e as necessidades das gerações futuras.

Para efeitos de racionalização de tempo, enumerarei apenas algumas que me parecem mais relevantes e transversais à governação.

Começo por referir que em 2024 vamos rever o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 para o adequar ao atual estado da Nação, mas também às dinâmicas globais sentidas nestes últimos anos.

Saliento que a pandemia de Covid-19, o acentuar da emergência climática, a guerra na Europa, o conflito no Médio Oriente, e também a evolução tecnológica recente, representam novos desafios que Timor-Leste tem de acompanhar.

Não falo só dos impactos negativos, como o aumento das taxas de inflação e dos juros, das flutuações no preço do petróleo e da desaceleração da economia global, mas também de possíveis oportunidades criadas em torno da dinâmica mundial, como a aposta na Economia Verde e Azul e a inovação proporcionada pelas tecnologias mais recentes.

Neste sentido, o Governo vai, no início do próximo ano, aprovar o Plano de Ação para a Economia Azul, enquanto abordagem estratégica que visa promover uma economia sustentável ligada ao oceano e aos recursos marinhos, onde existe equilíbrio entre as atividades económicas desenvolvidas e a capacidade de longo prazo dos ecossistemas marinhos para suportarem essas atividades.

Vamos finalizar as fronteiras terrestres e acelerar as negociações de fronteiras marítimas com a Indonésia, reafirmando a nossa soberania nacional e impulsionando o potencial económico das regiões de fronteira.

Aproveito para referir, com satisfação, que as equipas técnicas de negociações de fronteiras terrestres conseguiram finalmente fechar o segmento de fronteira Noel-Besi-Citrana que estava por resolver em Oe-Cusse Ambeno. Com a conclusão deste segmento final, vamos prosseguir com as negociações de fronteiras marítimas com a Indonésia no próximo ano.

E se falei nas regiões de fronteira, é porque acreditamos que é necessário garantir que as potencialidades específicas de cada região, de cada município, sejam valorizadas e promovidas. O instrumento fundamental para que isto aconteça é o processo de Descentralização, através do Poder Local.

Nestes últimos seis meses, o Governo tem estado a trabalhar afincadamente na elaboração do quadro legislativo que apoia o processo de governo local e a

descentralização faseada. O Orçamento de 2024 prevê iniciar a governação local com a criação das infraestruturas e condições técnicas necessárias, com o envolvimento das partes interessadas localmente.

Relacionada com esta vontade de aproximar os cidadãos do Estado e permitir o acesso aos serviços públicos em todo o país, vamos inaugurar os Balcões Únicos em todas as sedes dos municípios, já no próximo ano.

O programa Balcão Único, também chamado *one-stop-shop*, está a ser desenvolvido com o apoio do PNUD. Este programa faz parte da política da descentralização administrativa e do poder local, com vista à simplificação e modernização da Administração Local.

No setor da Saúde, comprometemo-nos a continuar a implementação da Política Nacional de Saúde e o Plano Estratégico Nacional do Setor da Saúde 2011-2030, maximizando os esforços no sentido de garantir uma melhor prestação de serviços, bem como generalizar o acesso aos cuidados de saúde de qualidade.

Vamos investir no combate à desnutrição no país, vamos investir em ambulâncias e equipamentos especializados de apoio à prestação de cuidados de saúde, e ainda investir em residências para os médicos e recrutar mais médicos e funcionários na área da saúde.

Relativamente ao setor da Educação, destaco o estabelecimento de uma Comissão de Coordenação de Universidades e Institutos de Ensino Superior, para o desenvolvimento de uma estratégia coletiva de reforço do apoio estatal e de melhoria da qualidade académica destas instituições. Está ainda previsto subsidiar universidades privadas para promover a educação e qualificações para a via profissional e continuar a desenvolver os esforços necessários para implementar as Escolas CAFE em cada Posto Administrativo.

Outro dos compromissos assumidos no Programa do Governo foi o de criar e apoiar uma Associação de Arte e Cultura Timorense, para capacitar e encorajar os jovens talentosos nas áreas das artes e cultura, promovendo assim também a identidade timorense nas plataformas internacionais. Neste sentido, foram também alocadas verbas neste Orçamento de Estado para concretizar este objetivo.

Vamos também, como comprometido no Programa do Governo, reformar o setor da Justiça com a criação do Supremo Tribunal de Justiça e a realização de ações de formação abrangente para juizes e procuradores.

Em termos de relações internacionais e política externa, destaco o investimento de uma nova Embaixada na Índia, uma das maiores economias e democracias do mundo, e um consulado na Irlanda do Norte, para proteger e prestar serviços consulares aos timorenses a residir nesta região.

Destaco ainda o importante papel da diplomacia para atrair investimento estrangeiro gerador de emprego e para continuar a desenvolver programas para trabalhadores sazonais em países amigos.

No âmbito do desenvolvimento dos setores económicos tradicionais, destaco o investimento na agricultura e no setor das pescas, incluindo a aquisição de barcos e equipamentos melhorados para a pesca em alto mar, e um maior apoio ao setor privado para permitir que empresas locais possam arrancar e crescer, como previsto na Política Nacional da Indústria recentemente aprovada pelo Governo.

Vamos ainda estabelecer o Banco de Desenvolvimento de Timor-Leste com o objetivo de facilitar o acesso ao financiamento a longo prazo, com taxas de juros acessíveis. Associada a esta medida, vamos combater a burocratização dos processos e criar um ambiente mais favorável para o investidor, facilitando as atividades comerciais do setor bancário, das instituições de seguros, das instituições de microcrédito e do mercado financeiro em Timor-Leste.

Finalmente, este Governo vai contribuir para uma Nação justa que combate as desigualdades e promove a inclusão, criando oportunidades para todos, independentemente do seu género, idade, local de residência, religião, condição social ou económica, ou orientação sexual.

Para promover a inclusão, vamos desenvolver o programa de “voz dos sem voz”, vamos investir nas mulheres e crianças, no pagamento das pensões sociais e vamos apoiar os idosos e inválidos, aumentando a pensão social para assegurar um rendimento digno a todos aqueles que efetivamente dele precisam.

Senhora Presidente
Senhores Vice-Presidentes
Distintos Deputados,

Para efeitos de transparência, não podemos apresentar um Orçamento de Estado sem falar dos números da despesa pública.

O montante total da despesa prevista para a Administração Central e a Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno é repartido em:

- **468,8 milhões** para salários e vencimentos;
- **386,3 milhões** para bens e serviços;
- **589,7 milhões** para transferências públicas;
- **34,2 milhões** para capital menor;
- **411 milhões** para capital de desenvolvimento.

Relativamente ao Orçamento da Segurança Social, incluindo o Fundo de Reserva da Segurança Social, tem uma alocação de **347,6 milhões de dólares americanos**.

Se preferirmos olhar para a distribuição do Orçamento Geral do Estado em termos setoriais, temos:

- **788,2 milhões** para os assuntos económicos;
- **389,6 milhões** para a proteção ambiental;
- **467,1 milhões** para a proteção social;
- **140,9 milhões** para a educação;
- **66,2 milhões** para a saúde;
- **45,2 milhões** para habitação e infraestruturas coletivas;
- **55,3 milhões** para a segurança e ordem pública;
- **34,9 milhões** para a defesa.

Temos ainda de falar de números em termos de execução orçamental.

Por conta da transição do VIII para o IX Governo, em 2023 temos dois períodos distintos para a execução orçamental. O primeiro, entre 1 de janeiro e 30 de junho, e o segundo entre 1 de julho e 31 de dezembro. Os dados relativos à execução orçamental total do IX Governo, a 15 de novembro, foi de 34% em comparação os 29% de execução do anterior Governo para um período de seis meses.

Em termos gerais, estimamos uma execução orçamental de 85% até ao final do ano, por comparação a uma execução orçamental para o ano de 2022 de 79%.

Relativamente à execução orçamental do IX Governo, não posso deixar de mencionar que nestes primeiros meses de governação, as equipas governamentais

dedicaram-se ao levantamento exaustivo de todas as correções que é necessário imprimir à governação, incluindo os processos, sistemas e metodologias que têm estado a travar o crescimento económico e o desenvolvimento sustentável.

Isto incluiu preparar a estrutura orgânica de cada linha ministerial, renovar o quadro jurídico-administrativo das estruturas e políticas nacionais e definir objetivos e prioridades para os próximos cinco anos.

Finalmente, quero falar-vos sucintamente do cenário macroeconómico nacional.

Este, como disse, é um orçamento que lança as fundações para o desenvolvimento do país entre 2024 e 2028 com uma meta de redução da pobreza em 10%, uma taxa média anual de crescimento económico de 5%, melhorias na gestão e sustentabilidade das finanças públicas, e intrinsecamente relacionado a isto, a criação de pelo menos 50.000 empregos.

Prevê-se que o PIB real não petrolífero tenha abrandado para 2,2% em 2023, devido a uma queda da execução da despesa pública após as eleições. No entanto, prevê-se aumento da despesa em 2024 e, conseqüentemente, que o crescimento do PIB suba para 4,1%, sendo o objetivo dos próximos anos manter uma taxa anual de crescimento do PIB não petrolífero de 5%.

A dotação orçamental para o ano de 2024 diminuiu em 8,3% em comparação com o orçamento de 2023, mesmo considerando que o Governo identificou poupanças de eficiência no Orçamento Retificativo de 2023.

O aumento no Orçamento de 2024 corresponde a despesas de capital de desenvolvimento de 144 milhões de dólares para impulsionar o crescimento económico. Mesmo aplicando-se um limite orçamental mais baixo do que no OGE 2022 e no OGE 2023 original, para a Administração Central e RAEOA, houve uma compensação em investimento de capital.

Não posso deixar de lembrar que os limites orçamentais do Governo anterior foram fixados muito acima do valor mais elevado de despesa executada da história do país e, assim, para garantir a sustentabilidade orçamental, o teto orçamental para 2024 está mais próximo da capacidade de absorção e de execução, permitindo também uma maior eficácia e eficiência do investimento para 2024.

Em termos mais simples, do ponto de vista macroeconómico, este Governo pretende, até ao final do seu mandato, fazer aumentar para mais do dobro o PIB real não petrolífero, aumentar o crescimento do consumo familiar, diminuir drasticamente o crescimento das importações e aumentar exponencialmente o investimento e o crescimento das exportações.

Relativamente à inflação, houve um aumento nos últimos meses devido ao aumento do preço do arroz e do petróleo, por fenómenos alheios à situação nacional.

Embora esteja previsto que esta situação continue nos primeiros meses de 2024, a revogação do imposto sobre o açúcar e a reversão do aumento dos direitos de importação implementados pelo IX Governo no Orçamento retificativo de 2023, deverá provocar reduções nas pressões inflacionistas no médio prazo (depois de os mercados terem tempo para se reajustarem). Neste caso, estamos a falar de uma taxa de inflação (IPC, média anual) de 7% em 2022, para uma previsão de 8,3% em 2023 e prevendo-se uma taxa de 2,5% em 2024.

Este Governo não pretende ser populista, mas antes transparente e íntegro. E, como tal, quero tornar claro que para alcançarmos o crescimento económico não petrolífero ambicionado de 5%, é preciso investir sabiamente e com qualidade, durante estes próximos cinco anos.

Para tal, permitam-me reiterar, teremos de duplicar o crescimento agrícola, diminuindo também as importações; melhorar a conectividade à internet para melhorar a produtividade e fazer crescer empresas e negócios; investir no turismo, para o qual a aposta na Economia Azul poderá trazer grandes contrapartidas; aderir à ASEAN e à OMC para capitalizar novas oportunidades e a abertura de novos mercados; e apoiar o crescimento do setor privado que deverá contribuir para reduzir a despesa pública.

Senhora Presidente
Senhores Vice-Presidentes
Distintos Deputados,

Apresentado que está, em linhas gerais, o Orçamento Geral do Estado para 2024, o qual pretende implementar medidas estratégicas e indispensáveis para satisfazer as necessidades da geração atual e dar ferramentas às gerações vindouras, promovendo o bem-estar de todos os cidadãos timorenses, quero colocar à vossa consideração, Distintos Deputados, o que aqui apresentei.

Com humildade vos digo que todas as considerações para colocar este orçamento ao serviço do povo timorense são bem-vindas.

O nosso compromisso é com o povo timorense, não com o nosso ego ou com a nossa vaidade pessoal ou política.

Neste sentido, acreditamos que o debate que se segue nos próximos dias, debate que se quer construtivo e responsável, é essencial para servir a nação de acordo com o nosso compromisso em defender o interesse nacional e honrar os sacrifícios daqueles que pereceram para podermos exercer os nossos direitos e deveres em liberdade.

Pelo bem-estar de todas as mulheres, homens e crianças do nosso amado país, somos todos, uma vez mais, chamados a colocar todo o nosso empenho, integridade e profissionalismo na análise deste instrumento orçamental que reflete as prioridades e políticas do Governo para o próximo ano, fazendo uso racional dos recursos financeiros limitados do Estado.

Pelo bem-estar e desenvolvimento sustentável do futuro de Timor-Leste, agradeço antecipadamente os vossos contributos e a vossa exigência para que a “*ponte*” que hoje estamos a construir para o amanhã, seja sólida e resiliente aos desafios que prevemos e aos desafios que não conseguimos prever.

Muito obrigado e o meu respeito para todos.

Kay Rala Xanana Gusmão.